

A Escola de Chicago e seus expoentes

*Rubem de Freitas Novaes**

*Economista, formado pela UFRJ, com doutorado pela
Universidade de Chicago.*

Registro minha homenagem póstuma ao mestre liberal e amigo Og Francisco Leme, que me iluminou os caminhos para Hyde Park, Chicago.

I – Introdução

Sem favor algum, pode-se dizer que a Escola de Chicago não foi superada em produção acadêmica e prestígio por nenhuma outra escola de economia no século que passou. É verdade que Cambridge sobressaiu-se até a II Guerra Mundial, por conta da influência exercida por Lord Keynes, principalmente. Mas, a partir da segunda metade do século XX, foi Chicago que dominou a profissão, o que pode ser constatado pelo impressionante número de professores laureados com o Prêmio Nobel e pelo expressivo volume

de citações de seus maiores mestres na literatura técnica e política nas últimas décadas.

Cabe notar que o Prêmio Nobel de Economia começou a ser concedido em 1969. Nestes 45 anos que se passaram, nada menos que trinta economistas, de alguma forma associados a Chicago (professores, ex-professores e ex-alunos), foram contemplados com a homenagem. Harvard, a segunda colocada no *ranking* de laureados, está bem distante de Chicago, quando tratamos de professores exercendo a cátedra no momento da premiação. Nas citações na literatura, por outro lado, Milton Friedman e Von Hayek, ex-professores de Chicago, só ficam atrás de Karl Marx, Adam Smith e John Maynard Keynes, o que os coloca entre os cinco economistas mais influentes da história.

A Universidade de Chicago foi criada, sob os auspícios de John D. Rockefeller, em 1892. Antes houve outra Universidade de Chicago, administrada pela Igreja Batista, que faliu. Os batistas da cidade procuraram, então, o mais rico dos batistas para financiar um novo projeto, agora em bases mais profissionais. Rockefeller, desejoso de criar algo positivo para sua imagem, acatou a sugestão e convenceu-se de que o ambiente mais calmo da cidade de Chicago fazia dela local mais apropriado que Nova York para um grande projeto educacional (Al Capone ainda não havia nascido, ressalte-se). Doou assim 600 mil dólares sob as condições de que a presidência ficasse com William Harper, reputado professor e administrador, e de que os batistas locais investissem 400 mil dólares suplementares bem como conseguissem terreno apropriado para o *campus*. Marshall Field, comerciante riquíssimo, doou o terreno, Harper aceitou o desafio, e os batistas locais arrecadaram o dinheiro. Assim, estava criada The University of Chicago (com o artigo), em Hyde Park, onde se encontra até hoje.

Até a década de 1930, não havia lá um pensamento relativamente homogêneo, traços de união que pudessem caracterizar uma escola de economia. Não era nítida uma metodologia dominante, nem uma visão comum de abordagem do fato econômico. E, no terreno ideológico, coexistiam, no Departamento Econômico, liberais, intervencionistas empedernidos e até socialistas convictos, lembrando que Oskar Lange, professor da escola, veio a ser ministro no governo comunista polonês do pós-guerra. A partir dos anos 1940, no entanto, foi dominante a influência de Frank Knight, Theodore Schultz e Jacob Viner, e algumas características comuns a quase todos os professores passaram a marcar a escola. Dessas características, eu destacaria:

- Defesa da economia de mercado e desconfiança em relação a intervenções do governo.
- Uso da teoria neoclássica fundada na lei da escassez, na racionalidade da ação humana e na análise marginalista.
- Utilização do instrumental econômico para a análise de diversos aspectos da vida.
- Ênfase no teste empírico de hipóteses.
- Importância da moeda na macroeconomia.

Em termos do desenvolvimento da teoria econômica, a Escola de Chicago teve particular destaque nas áreas de: capital humano, econometria, contrarrevolução monetarista, economia internacional, sociologia e economia, direito e economia, expectativas racionais, hipótese do mercado financeiro eficiente, *mechanism design*, entre outras.

Muitos se indagam sobre as razões de tanto sucesso. É certo que Chicago sempre primou pela competitividade, pelo trabalho duro

e pela meritocracia, mas há outros elementos, apontados por quem conhece diversos ambientes universitários, que fazem a diferença. Um é o sistema de *workshops*, em que estudantes mais avançados rumo ao doutorado e professores submetem suas ideias e pesquisas à dura crítica dos seus companheiros. O outro ponto destacado é o estilo de vida praticado. A universidade fica distante do centro da cidade, onde existem as distrações. De um lado do bairro onde se situa, fica o Lago Michigan, com seu vento quase sempre gelado. Do outro lado, não muito distante, fica um bairro pobre e perigoso. Espremidos numa faixa estreita, alunos e professores comem, bebem e dormem economia 24 horas por dia. Ou seja, é imersão total, mesmo para os professores, não encontrável, por exemplo, na vida charmosa da Costa Leste ou da Califórnia.

Nesta palestra, tentarei dar uma amostra do que foi e é a Escola de Chicago, pinçando alguns nomes que, na minha opinião, mais contribuíram para a teoria e prática da ciência econômica, bem como para o prestígio da escola. Ao falar desses expoentes e de sua obra, muita coisa será deixada de lado. Sinto especialmente deixar de fora os nomes de Theodore Schultz, Ronald Coase, Robert Fogel, Robert Mundell e James Heckman, todos premiados com o Nobel. Mas, ao falar de Frank Knight, Friedrich Von Hayek, George Stigler, Milton Friedman, Gary Becker e Robert Lucas, penso estar na companhia dos melhores entre os melhores, *la crème de la crème*.

II – Frank Knight (1885-1972)

Knight certamente foi um dos *founding fathers* da Escola de Chicago. Deixou sua marca principalmente na influência que exerceu sobre outros grandes expoentes da profissão. Ainda em seus tempos de

faculdade, estudou filosofia, teologia, ciências sociais, história, literatura e química. Somente quando de seus estudos para o doutorado em Cornell passou a interessar-se por economia, que viria a ser sua disciplina principal por toda a vida. Sua formação multidisciplinar, entretanto, certamente teve influência em sua convicção de que economistas, principalmente economistas matemáticos e econometristas, estavam indo longe demais em sua tentativa de descrever o fenômeno social.

Knight era um cético por excelência e um crítico feroz de todos aqueles que, segundo sua análise, pretendiam ter um conhecimento muito acima de suas reais possibilidades. Nesse particular, implicava fortemente com clérigos e com a classe médica. Mas foi contra os economistas intervencionistas e os políticos que dirigiu suas maiores críticas. Sendo um pensador liberal, que colocava a liberdade no mais alto pedestal das aspirações humanas, Knight dedicou seus esforços ao combate de socialistas, keynesianos e conservadores cristãos, todos advogando diversas formas de controle social em nome da ciência e/ou da moral.

Como mencionado anteriormente, Knight exerceu especial influência sobre um grupo de estudantes brilhantes. Friedman e Stigler não seriam os grandes liberais que foram não fosse por seus ensinamentos. A teoria da escolha pública, de James Buchanan, surgiu dos ensinamentos de Knight a respeito do caráter perverso das decisões políticas. Sua análise do tempo como fator de produção viria inspirar Gary Becker nos seus definitivos estudos sobre o assunto. Finalmente, a clássica análise de Ronald Coase, sobre a importância da correta definição e garantia dos direitos de propriedade, foi certamente inspirada pelos escritos críticos de Knight à obra de Arthur Pigou, que tratava das externalidades. Note-se que todos os citados

economistas influenciados por Knight foram posteriormente agraciados com o Prêmio Nobel.

A maior contribuição de Knight para a teoria econômica deu-se no entendimento do papel do empreendedor na sociedade. Entre outros pontos, separou bem os conceitos de risco (que estaria sujeito a seguro) e incerteza e destacou a importância do enfrentamento da incerteza na origem dos lucros empresariais, complementando a visão dinâmica de Schumpeter, que trata o lucro como recompensa pela inovação. Cabe notar também a controvérsia com os austríacos sobre a teoria do capital. Os austríacos defendiam que se conferisse importância à heterogeneidade do capital físico, e Knight tratava o capital como um fundo financeiro, resultante da acumulação no tempo de investimentos.

Antes da II Guerra Mundial, a visão de Knight, em contraste com a de Friedman, era a de que nenhuma ciência social poderia ser tratada como as ciências físicas ou naturais. Já em 1956, no entanto, reconhecendo o sucesso da revolução empiricista, permitida pelo avanço da econometria, pelo desenvolvimento dos computadores e pela grande disponibilidade de dados, admitiu existir estabilidade no entrelaçamento das variáveis econômicas e que “há uma ciência econômica que produz leis tão universais quanto às da matemática ou da mecânica”.

Knight não viveu a tempo de receber o Prêmio Nobel, instituído pouco antes de sua morte. Mas, em vida, foi agraciado pela American Economic Association com o Francis Walker Award, concedido, não mais que uma vez de cinco em cinco anos, para o economista que mais contribuiu para a ciência econômica durante a sua inteira carreira.

III – Friedrich Von Hayek (1899-1982)

Hayek sem sombra de dúvida está entre os grandes gênios das ciências sociais. Doutorou-se em Direito (1921) e em Ciências Políticas (1923) na Universidade de Viena, mas logo interessou-se por economia, influenciado pelas ideias de Carl Menger, Bohm Bawerk e, principalmente, Von Mises, grandes mestres da Escola Austríaca. Multidisciplinar, talvez tenha sido o último dos economistas filósofos, ou filósofos economistas, como queiram, na tradição de Adam Smith, David Hume e muitos outros. Recomendado por Mises, Hayek passou um período como diretor do Austrian Institute for Business Cycle Research, onde desenvolveu suas ideias sobre o que chamamos hoje de macroeconomia. Em 1931, mudou-se para a Inglaterra, onde assumiu cátedra na London School of Economics (LSE), trincheira de onde combateu as ideias intervencionistas de Keynes, vindas de Cambridge. Em Chicago, lecionou de 1950 a 1962.

Na visão de Keynes, exposta em sua teoria geral, o ciclo de baixa na economia teria origem na deterioração das expectativas, ou seja, na quebra da confiança de empresários e consumidores. Com isso, haveria uma queda da demanda agregada (consumo mais investimento) que geraria recessão e desemprego. Como, em sua visão, a política monetária enfrentaria uma “armadilha da liquidez”, popularizada pela ideia de que se pode levar um cavalo ao bebedouro, mas não obrigá-lo a beber, Keynes preconizava, então, a expansão dos gastos públicos como remédio antidepressivo. Notem que Keynes não deixou clara a causa das crises de confiança.

Enquanto para Keynes o Estado representava a solução, para Hayek o Estado era o problema. Segundo Hayek, na raiz das recessões ou depressões, estava sempre uma política monetária frouxa. Juros artificialmente mantidos abaixo das taxas naturais de equilíbrio fa-

voreceriam *malinvestments* em setores com ciclos longos de produção. Somente mais e mais artificialismo monetário poderia dar sustentação a esses *malinvestments*. A liberalidade monetária só poderia levar à inflação e, quando cessasse, resultaria em recessão, pois não haveria demanda para sustentar os investimentos malfeitos. Diante da recessão, os remédios keynesianos só poderiam mascarar problemas e jogá-los para a frente, renunciando crises ainda maiores. O melhor seria deixar o Estado de fora da crise que ele mesmo causara!

Muitos podem estranhar que estejamos relacionando aqui Hayek entre os expoentes de Chicago, se ele era essencialmente um “austríaco”. É verdade que a ida de Hayek para Chicago não ocorreu sem alguns percalços. Desde 1945, quando Hayek fazia seu *road show* nos Estados Unidos (com base em Chicago) para divulgar *O Caminho da Servidão*, surgiu um namoro conturbado com a escola. Esse namoro só terminaria em 1950, com um convite, aceito, para lecionar na Divisão de Ciências Sociais. A admiração de todo o Departamento de Economia era enorme para com o pensador liberal, mas o mesmo não ocorria com a figura de Hayek como teórico da ciência econômica.

Os economistas de Chicago não concordavam com a descrição do fenômeno econômico contido na teoria austríaca dos ciclos econômicos nem com a teoria monetária de Hayek. Havia discordâncias também de natureza metodológica, área em que o empirismo de Friedman passava a ser dominante, não só na escola como por toda a profissão. Hayek tinha sobre a metodologia uma posição particular. Era contra o cientificismo, que comparava a economia às ciências físicas e que tentava encontrar constantes no relacionamento entre as variáveis econômicas. Mas aceitava bem o uso da matemática para sistematizar o conhecimento e para estabelecer a natureza geral de padrões de comportamento. Entendiam também os economistas

de Chicago que Hayek não concentrava seus esforços intelectuais no desenvolvimento da teoria econômica. Diferentemente de seu mestre de Viena, Von Mises, e de mestres do calibre de Friedman e Gary Becker, Hayek nunca tratou a ciência econômica como sendo indiscutivelmente a “rainha das ciências sociais”.

A solução encontrada, então, foi contratar Hayek para a Divisão de Ciências Sociais (Committee on Social Thought), à qual o Departamento de Economia estava e está subordinado. Hayek estaria liberto para produzir em outras áreas do conhecimento, e ganhariam também com suas luzes os departamentos de Ciências Políticas, Direito, Sociologia, Psicologia e História.

Não se pode deixar de citar entre os feitos de Hayek a criação, em 1947, da Mont Pellerin Society. A instituição congregava e congrega até os dias de hoje as maiores expressões do pensamento liberal em todo o mundo e não existiria não fosse pelo peso intelectual e pelos esforços de Hayek. Da criação da sociedade participaram: Milton Friedman, Frank Knight, George Stigler e Aaron Director, de Chicago, cabendo destacar também as presenças, entre seus fundadores, de Ludwig von Mises, Lionel Robbins, Karl Popper, Fritz Machlup, Bertran de Jouvenel e Maurice Allais. Mais tarde, adeririam à sociedade expoentes do peso de Lord Acton, Eugênio Gudín, Gary Becker e nosso caríssimo embaixador Meira Penna.

O combate ao socialismo foi assim uma constante nos afazeres e na produção intelectual de Hayek. Seus trabalhos sobre a transmissão do conhecimento mediante o sistema de preços livres e sobre a ordem espontânea do capitalismo complementaram o mais eloquente e panfletário *O Caminho da Servidão*, para mostrar que, em havendo um regime econômico centralmente planejado, seria inevitável o percurso para o totalitarismo e garantido o insucesso material do

país. Na linha de combate ao intervencionismo estatal, cabe notar também a proposta feita por Hayek de completa privatização da moeda, passando esta a ser resultante da livre competição entre bancos privados emissores.

Em 1962, Hayek deixou Chicago. Estava aborrecido por não ser reconhecido pelos seus pares como um grande economista e estava deprimido porque a que julgava ser sua obra maior, *The Constitution of Liberty (Os Fundamentos da Liberdade)*, não obtivera o sucesso editorial esperado. Convidado, então, pela Universidade de Freiburg para assumir uma cátedra, aceitou de bom grado o retorno à Europa, onde dedicou o final de sua carreira principalmente à produção acadêmica na área do Direito (*Law, Legislation and Liberty*). Viveu o suficiente, no entanto, para ver que na década de 1970, em Chicago, foi reabilitado como grande economista por Robert Lucas, em virtude de seu enfoque de equilíbrio geral no trato da macroeconomia e por ter reconhecido teoricamente a incapacidade do governo em lidar com o ciclo econômico. O Prêmio Nobel de Economia, recebido em 1974, também viria fazer justiça ao grande intelectual, cuja obra influenciou os rumos do século XX.

IV – George Stigler (1911-1991)

Stigler, reconhecido por todos na profissão como grande teórico da microeconomia, empirista notável, escritor de estilo refinado e o mais bem-humorado dos economistas de escol, iniciou seus estudos acadêmicos na Universidade de Washington, onde recebeu o B.A. (*Bachelor of Arts*). Pretendendo seguir carreira empresarial, seguindo os passos do seu pai, estabelecido no ramo imobiliário em Seattle, Stigler transferiu-se para a Northwestern University, em busca de seu MBA (Master in Business Administration), que obteve em 1932.

A realidade da Grande Depressão, entretanto, cortaria seus sonhos empresariais e definiria novos rumos para sua carreira. Aluno brilhante, recebeu bolsa atrativa para doutorar-se em Economia na Universidade de Chicago, onde estudou sob a batuta de Frank Knight, Henry Simons e Jacob Viner, grandes nomes da escola e influências marcantes na formação de seu perfil profissional. Cabe notar que Stigler foi contemporâneo de Friedman como estudante. O relacionamento dos dois era muito próximo e a profunda amizade construída nas salas de aula perdurou até a morte de Stigler, em 1991. Com uma tese doutoral supervisionada por Knight, Stigler recebeu o seu grau de Ph.D. (Philosophy Doctor) por Chicago, em 1938.

George Stigler, antes de Chicago, teve experiência como professor no Iowa State College, na Universidade de Minnesota, na Brow University e na Columbia University, onde ficou de 1947 a 1958. No final de 1957, finalmente aceitou proposta para voltar a sua antiga casa, diferentemente do que fizera em 1950, magoado com um veto dado a sua contratação pelo presidente da universidade, em 1946. O episódio de seu veto para a cátedra, em 1946, teve especial importância histórica, porque a oferta da universidade foi então dirigida a ninguém menos que Milton Friedman, que a aceitou. Isso permitiu a Stigler, um grande gozador, creditar-se pela fundação de uma nova e exitosa Chicago School of Economics.

Hoje, reconhecem-se duas grandes fases na produção acadêmica de Stigler. Do início dos anos 1950 ao final dos anos 1960, a maior parte de seus estudos foi sobre organização industrial. De Cambridge, principalmente, vinham muitos artigos e livros que ressaltavam a importância de monopólios, oligopólios, trustes, competição monopolística e *markup pricing* na configuração da economia. Contestavam, em síntese, a relevância da hipótese de mercados competitivos e flexibilidade

de preços embutida na microeconomia neoclássica, tão cara aos mestres de Chicago. Stigler, de início, embarcou na ideia dos fortes males causados por monopólios e chegou a propor duras medidas legislativas antitrustes. Com o tempo, seus próprios estudos empíricos e as influências de Joseph Schumpeter e Aaron Director convenceram-no de que não seriam necessários muitos concorrentes para aproximar os resultados da competição perfeita. Em suas palavras: “Cada vez mais economistas chegam à conclusão de que a concorrência é uma erva resistente, e não uma flor delicada”.

Crescia também no mestre o ceticismo em relação às várias intervenções estatais no domínio econômico. Da década de 1960 em diante, Stigler concentrou-se, então, em examinar os efeitos e as motivações das diversas regulações governamentais e percebeu que raramente estas atingiam os objetivos colimados quando de sua criação, não sendo raros os casos em que atingiam resultados contrários aos pretendidos. Ora, se a regulação é tão ruim assim, o que explicaria a sua existência? A resposta de Stigler foi dada com a sua já clássica teoria da captura das agências governamentais. O processo regulatório seria controlado por grupos de interesse que, mediante restrições à concorrência, subsídios e fixação de preços, obteriam benefícios para si em detrimento de consumidores e/ou contribuintes.

Esses trabalhos fizeram com que Stigler fosse contemplado pela academia sueca com o Prêmio Nobel em 1982, “por seus estudos seminais sobre a estrutura industrial, funcionamento dos mercados e causas e efeitos da regulação pública”. Mas as contribuições de Stigler à teoria e prática da economia não se limitaram a esses campos, cabendo notar, também, por exemplo, a sua obra como historiador do pensamento econômico. No início de carreira, essa era a sua principal área de interesse por ser um desdobramento natural de sua

dissertação para o doutorado sobre a história da teoria neoclássica de produção e distribuição.

Ressalte-se que, embora sem merecer o destaque da academia sueca, Stigler considerava ser sua teoria da informação o maior legado que deixara para a profissão. Segundo ele, pessoas buscam informação de forma racional, prosseguindo a busca até o ponto em que o custo associado à aquisição de uma informação adicional se iguala ao benefício proporcionado por este último acréscimo de informação. O principal componente de custo na obtenção de informação é o tempo que alguém tem de investir no processo de busca da informação. Adaptando a teoria da informação para o mercado de trabalho, Stigler chegou à *search theory of unemployment*, mostrando que parcela importante do desemprego refletia apenas um processo voluntário de otimização do uso do tempo para a obtenção de informação pertinente por parte de empregados e empregadores. Além do mercado de trabalho, a teoria da informação de Stigler permitiu significativos avanços no estudo da propaganda, localização da empresa, especialização e oligopólios.

Ao falecer de um ataque cardíaco em 1991, aos oitenta anos, Stigler deixou uma importante lacuna em Hyde Park. Sobre a morte de Mr. Micro (apelido de Stigler, apesar de ter mais de 1,90 metro de altura), Friedman, o Mr. Macro (parecia um anão perto de Stigler), declarou: “Apesar da profunda tristeza que sinto pela morte de George, não consigo me lembrar dele sem sorrir. Seu bom humor era tão rápido quanto sua inteligência. Ele trazia alegria e entusiasmo para onde quer que estivesse. São raros os dias em que não nos lembramos de algo que disse, tanto engraçado, quanto pertinente”.

Aqui no Brasil, o Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), em São Paulo, excelência no ensino de Economia, resolveu homenagear o mestre de Chicago, instituindo o Prêmio George Stigler de Excelência em Pesquisa, para premiar os melhores trabalhos de pesquisa publicados pelos professores da escola. Nada mais merecido!

V – Milton Friedman (1912-2006)

Friedman está certamente na categoria dos gênios da humanidade, cujos pensamentos e influências perduram através dos séculos. Se as ideias de Lord Keynes dominaram a profissão dos anos 1930 aos 1950, foi Friedman que, a partir da década de 1960 e até sua morte, se impôs como o mais influente economista e pensador liberal, assim reconhecido por amostra de 299 professores de Economia bem como pela competente revista *The Economist*. Por curiosidade, ressalte-se que Gregory Mankiw, professor catedrático de Harvard, autor do livro-texto de Economia mais vendido no mundo e neo-keynesiano de escol, considera ser Milton Friedman, e não Keynes, o maior economista do século XX.

Friedman teve sua primeira formação em Matemática. Na pós-graduação, resolveu dedicar-se à Economia, influenciado que foi pelos rigores da Grande Depressão. Fez seus estudos até o mestrado na Universidade de Chicago, mas, atraído por melhor bolsa de estudos, transferiu-se para Colúmbia, onde concluiu seu doutorado em 1946. Naquele mesmo ano, já despontando na profissão, recebeu cátedra para lecionar em Chicago, onde permaneceu por 31 anos.

Friedman foi sempre um grande rival intelectual de Keynes. Embora utilizasse o linguajar keynesiano e aceitasse trabalhar com as variáveis macroeconômicas definidas na teoria geral, ele, desde suas

primeiras pesquisas sobre a “hipótese da renda permanente”, contestou as conclusões de Keynes que relacionavam o consumo da população à renda corrente.

Seus mais conhecidos trabalhos na área monetária também entraram em choque com as “verdades” keynesianas de então. Keynes colocava a culpa da depressão dos anos 1930 nos mercados e apontava para a ineficácia dos remédios monetários. *A História Monetária dos Estados Unidos*, escrita por Friedman com Anna Schwartz, mostrava que a real causadora da depressão americana teria sido uma grande barbearagem do Sistema de Reserva Federal (FED), que permitiu a queda substancial da oferta monetária, impressionado que estava por juros em baixa.

Por outro lado, ao reformular a teoria quantitativa da moeda, transformando-a numa função de demanda por moeda, Friedman orientou estudos que mostravam ser o instrumento monetário mais poderoso e confiável, para a determinação da renda nominal, que os instrumentos fiscais de Keynes. *Money matters*, expressão friedmaniana, passou a ter aceitação generalizada.

Mas, se a moeda é poderosa, seguia Friedman, isso não significa que se deva dar muitas asas às autoridades monetárias. Segundo ele, no longo prazo, moeda não tem poderes para influenciar a economia real; só os preços. E, no curto prazo, pouco se sabe a respeito da distribuição dos seus efeitos sobre a renda real e sobre a inflação. Melhor, então, seria que autoridades, que tanto erram no *timing* e na intensidade de suas ações, ficassem limitadas a obedecer a uma regra fixa de expansão monetária. Friedman tinha assim um lado bem definido no velho debate “regras definidas *versus* poder discricionário”: ele acreditava, nos dizeres de Og Leme, na “autoridade das regras, e não na regra das autoridades”.

Em outro ponto importante, Friedman contestou os keynesianos. Acreditavam estes numa relação estável entre inflação e emprego da mão de obra, ou entre inflação e produto, relação esta que indicaria poderes positivos para a inflação. Ou seja, acreditavam que a inflação estaria inversamente relacionada com o desemprego. É a famosa curva de Phillips, assim denominada em homenagem ao primeiro economista que trouxe evidências estatísticas a seu favor. Friedman contestou o resultado, já que a admissão de ilusão monetária contrariaria a mais simples lógica econômica de trabalhadores e/ou empregadores. Estudos subsequentes mostraram que, após algum efeito de curto prazo, rapidamente a tal curva caminhava para a verticalidade, eliminando assim os alegados benefícios da inflação. Preços e salários calculados em termos reais é que contavam. Mais uma vez Friedman mostrava estar com a razão.

Friedman, respaldado por sua crença nos mercados livres e no ideário liberal, envolveu-se ao longo de sua vida em diversas campanhas de cunho político. Destacaríamos sem qualquer ordem de importância ou cronológica as campanhas: contra o controle de aluguéis, contra a imposição de salários mínimos, a favor de taxas flexíveis de câmbio, contra o recrutamento compulsório de militares, pelo casamento entre pessoas de mesmo sexo e a favor da descriminação das drogas. Reconhecendo, no entanto, que algum papel poderia caber ao Estado na área social, dentro do conceito de igualdade na partida, defendeu o imposto de renda negativo e o sistema de *vouchers* para a educação.

Registre-se que Friedman teve algum envolvimento com o Partido Republicano, ao assessorar o candidato Barry Goldwater e os presidentes Richard Nixon e Ronald Reagan. Foi muito criticado pela esquerda americana por visitar o Chile pós-Allende, onde ministrou uma série de palestras na Universidade Católica e encontrou-se com

o general Pinochet, a quem dirigiu carta com recomendações de reforma econômica. Mas, curiosamente, ninguém o criticou por ter feito posteriormente visitas à China comunista (a primeira em 1980), onde, da mesma forma, proferiu palestras e encontrou-se com as principais autoridades locais, inclusive Deng Xiaoping, sugerindo-lhes medidas para a abertura econômica do país.

Em matéria de epistemologia, o seu ensaio “Metodologia da Economia Positiva” é clássico e influenciou os rumos da teoria econômica aplicada. Para Friedman, a teoria tem de se sujeitar ao teste empírico (teste do pudim) para ganhar respeitabilidade e aperfeiçoar-se. Não que predicados lógicos possam ser dispensados e que se esteja a correr regressões aleatoriamente até a obtenção de padrões definidos. O apriorismo do método dedutivo também está presente na medida em que os princípios básicos da teoria econômica são sempre obedecidos. Mas não pode haver teoria boa sem o respaldo da realidade, não bastando a construção lógica de suas premissas. Por que não testar, afinal de contas, se temos à mão os elementos necessários para fazê-lo?

Para terminar, lembro que Friedman foi um expositor de mão cheia. Suas aulas, assim como as de Becker e Stigler, eram ministradas em auditórios, tamanha a audiência que afluía das mais diversas áreas da universidade. Sua pregação não se limitava ao *campus* universitário. Teve por muitos anos coluna na *Newsweek* e suas aulas e palestras se espalhavam pelo mundo. Dois livros seus: *Capitalismo e Liberdade* e *Livre para Escolher*, este último extraído de uma série de programas para a televisão, foram *best-sellers* mundiais. Friedman foi também um frasista incomparável que cunhava suas frases com o intuito de fixar os conceitos que queria divulgar. Ficam aqui, como homenagem, algumas citações tiradas de seus escritos e palestras:

- “Não existe almoço grátis.”
- “Nada é mais permanente que um programa temporário de governo.”
- “Se você coloca o governo federal para administrar o Saara, em cinco anos haverá escassez de areia.”
- “Só o governo é capaz de usar folhas de papel de boa qualidade, cobri-las com tinta de boa qualidade e produzir uma combinação absolutamente inútil.”
- “Cristóvão Colombo não procurou uma nova rota para as Índias em resposta a uma determinação da maioria.”
- “Um dos maiores erros é julgar os programas e políticas públicas por suas intenções, e não por seus resultados.”
- “A solução governamental para um problema qualquer é usualmente tão ruim quanto o problema que pretende corrigir.”
- “Uma sociedade que coloca a igualdade acima da liberdade acabará sem as duas.”
- “Não há liberdade política sem liberdade econômica. Mas pode haver liberdade econômica sem liberdade política.”
- “Só nas transações privadas, em que o olho do dono está presente, se atenta para os custos e para os benefícios dos recursos movimentados. Quando os recursos vêm de terceiros e são destinados a terceiros, como é o caso de recursos gerenciados pelo governo, não se cuida adequadamente nem dos custos nem dos benefícios envolvidos.”

VI – Gary Becker (1930 – maio de 2014)

Gary Becker, falecido recentemente, foi o mais criativo dos economistas. Sua educação universitária começou em Princeton, entre dúvidas se seria sociólogo ou economista. Ao perceber que a economia poderia se prestar ao estudo de questões tradicionalmente cobertas pela sociologia, optou por doutorar-se em Economia, o que fez na Universidade de Chicago, em 1955. Exceto pelo período que vai de 1957 a 1969, quando lecionou em Colúmbia, Becker dedicou sua carreira inteira à vida acadêmica em Chicago.

Para Becker, a teoria econômica é na verdade uma teoria geral da escolha, aplicável a qualquer área onde está presente o comportamento humano. Na economia, queremos saber por que as pessoas fazem o que fazem. Nessa busca, devemos ir além do fato puramente econômico, interagindo com as mais diversas disciplinas sociais. Temos, nós economistas, um modelo de análise do fato social que envolve algumas leis gerais e a hipótese de racionalidade humana. Em qualquer tomada de decisão, está implícito um cálculo de custos e benefícios que norteia nossas ações, ou, pelo menos, as influencia fortemente. Becker, com os instrumentos do economista, penetrou nos domínios da sociologia, da demografia e da criminologia, entre outras áreas do conhecimento. Seu sonho parecia ser o de chegar a uma ciência social unificada, única, com lastro no instrumental econômico.

A extensa obra de Becker pode ser segmentada em dois grupos: sua contribuição para a teoria econômica pura e sua contribuição para a expansão das fronteiras da economia no campo dito “social”. Na teoria pura, destaca-se a sua obra sobre o capital humano, que, inspirada em Theodore Schultz, revolucionou a teoria do desenvolvimento econômico, tratando a educação como investimento tão

ou mais importante que o capital físico ou inovações tecnológicas. Destaquem-se também as contribuições que fez no sentido de incorporar o tempo como fator de produção, principalmente quando estudado no âmbito das decisões familiares. A família, segundo Becker, passava a ser encarada como uma pequena fábrica, que combinava o tempo de seus membros com bens adquiridos no mercado para a produção de comida, abrigo e lazer.

A sua tese doutoral sobre discriminação no mercado de trabalho já iria prenunciar um rumo novo para o estudo da economia, ampliando o seu escopo. Seguiram-se estudos sobre crime, casamento, divórcio, drogas, tamanho da família, etc. Expandia-se, assim, a sua influência sobre as ciências humanas em geral, que já não podiam deixar de incorporar o método da escolha racional ao seu instrumental de trabalho.

Reconhecendo a importância do trabalho de Becker, a Academia de Ciências da Suécia conferiu-lhe, em 1992, o Prêmio Nobel “por ter estendido os domínios da análise microeconômica a um amplo espaço onde a interação social e o comportamento humano, mesmo fora do mercado, estão presentes”. Destaque-se também a importância de Becker no desenvolvimento das disciplinas de “Sociologia e Economia” e “Direito e Economia”, fruto respectivamente de sua associação com o sociólogo de Chicago James Coleman, já falecido, e com o juiz de Direito e professor da Escola de Direito, Richard Posner.

Finalizando, e para dar uma ideia de como funciona a análise de Becker sobre o fato social, tomemos como exemplo o que nos ensina o seu artigo já clássico *Crime and Punishment*. Nesse artigo, ele mostra que a opção pelo crime dependeria fundamentalmente de uma análise racional de custos e benefícios associados às atividades delituosas. Indivíduos se dedicariam tanto mais ao crime, quanto menores fossem suas perspectivas de sucesso em atividades lícitas, e

quanto maiores os benefícios líquidos esperados da atividade ilícita. Esses benefícios líquidos, por sua vez, dependeriam dos ganhos a serem extraídos do crime, do tamanho das penas e da probabilidade de condenação. Desconfortos de ordem moral e a possibilidade de danos à imagem seriam fatores a serem considerados do lado dos custos, porém, insuficientes para, sozinhos, determinarem o comportamento de grande parte da população. Becker, em suma, contrariava as teorias psicanalíticas, que tratavam os criminosos como vítimas da sociedade. O crime ocorre, segundo ele, porque e quando se torna um bom negócio!

VII – Robert Lucas Jr. (1937-)

Robert Lucas Jr. é considerado, mesmo por seus pares das *salt water universities* (universidades de água salgada), o maior dos macroeconomistas vivos. Bacharel em História por Chicago, em 1959, decidiu seguir estudos em Economia, disciplina que lhe daria o Ph.D., em 1964. Após a graduação em Chicago, foi lecionar em Carnegie Mellon, de onde retornou à antiga casa em 1975, como professor catedrático. Permanece lecionando até os dias de hoje, agora como a estrela maior do Departamento de Economia, após as mortes de Friedman e Becker.

Em 1995, a Academia de Ciências da Suécia conferiu a Lucas o Prêmio Nobel “por ter desenvolvido e aplicado a hipótese das expectativas racionais, assim transformando a análise microeconômica e melhorando nossa compreensão sobre a política econômica”. Sua importância é tanta, que mais três economistas: Edward Prescott, Finn Kydland e Thomas Sargent viriam a ganhar o prêmio em seguida, por conta de parcerias e trabalhos associados à obra de Lucas, que dava fundamentação microeconômica à macroeconomia.

Economistas críticos aos modelos keynesianos tradicionais, desde Friedman e Phelps, pareciam inspirar-se em Abraham Lincoln, quando este afirmava: “Você pode enganar uma pessoa por muito tempo; algumas por algum tempo; mas não consegue enganar a todas por todo o tempo”. Pois Lucas é ainda mais radical ao supor que as pessoas só são enganadas quando surpreendidas. Tão logo percebem as reais intenções dos governantes, agem dentro da mais absoluta racionalidade, atentas apenas às variáveis reais e às novas expectativas que são formadas a partir da sinalização dada. Com isso, agentes racionais neutralizariam qualquer medida discricionária do governo que precisasse de algum tipo de ilusão monetária para funcionar.

Ao tratar da construção de um modelo dinâmico de equilíbrio geral, incorporando expectativas que se ajustam racionalmente, Lucas critica os modelos econométricos tradicionais, que não incorporam em sua estrutura os fundamentos da microeconomia, notadamente o propósito de maximização de utilidade no horizonte temporal. Segundo ele, esses modelos de inspiração keynesiana, construídos com o objetivo de orientar os governantes em políticas anticíclicas, conteriam falhas fundamentais, de vez que suas várias equações são estimadas para períodos quando vigoram certas expectativas a respeito da política governamental. Uma vez alteradas essas expectativas, o que ocorre quando o governo age, então os parâmetros que relacionam instrumentos a objetivos se alteram, tornando os modelos inúteis para prever os resultados das diferentes medidas típicas de política fiscal e monetária.

Uma importante decorrência do trabalho de Lucas sobre as expectativas racionais é que um governo que goze de credibilidade pode rapidamente combater uma inflação elevada, sem que surjam altas taxas de desemprego, simplesmente por alterar favoravelmente as expectativas dos agentes econômicos ao anunciar austeridade fiscal e monetária.

Notem que, mais que Friedman, Lucas repudiava a política macroeconômica discricionária e a preocupação keynesiana com a demanda agregada, o que o fez aproximar-se dos economistas clássicos e de austríacos como Mises e Hayek. Defendia, assim, que economistas se concentrassem na *supply side economics*, tratando apenas da eficiência de suas prescrições.

Para ser coerente, dedicou-se, nas décadas de 1980 e 1990, a aperfeiçoar os modelos neoclássicos de crescimento, na linha de Solow, incorporando a eles a teoria de capital humano desenvolvida em Chicago por Schultz e Becker. Em palestra para a Econometric Society, em 1991, assim sintetizou seus achados nessa área: “O principal motor do crescimento é a acumulação de capital humano, e a fonte principal de diferenças em padrões de vida entre nações é a diferença no estoque de capital humano. A acumulação de capital físico representa papel essencial, mas, definitivamente, é apenas subsidiária à acumulação de capital humano”.

Em termos de metodologia, Lucas confirma a tese de que Chicago nunca foi totalmente monolítica. Sendo um matemático de mão cheia, sempre apreciou a construção de modelos sofisticados de equilíbrio geral, recusando-se à espinhosa e menos nobre tarefa do teste empírico, que deixava para seus associados. Ao recuperar a crença nos simples ensinamentos da teoria quantitativa da moeda, acabou inaugurando uma nova corrente do pensamento: a dos novos clássicos. Além de Chicago, destacam-se nesta corrente, a Universidade de Minnesota e o FED de Minneapolis. A reação aos novos clássicos viria das *salt-water universities*, principalmente nas figuras de Gregory Mankiw, David Romer e Olivier Blanchard. Surgiu o “novo-keynesianismo”, que, embora incorporando aos modelos de equilíbrio geral os fundamentos microeconômicos e as expectativas racionais de Lucas, abria espaço para intervenções anticíclicas de

governantes, ao admitir certa rigidez de preços e salários. Registre-se apenas a estranheza por se chamar de “novo-keynesianismo” algo que tem muito mais influência de Friedman e Lucas que de Keynes.

VIII – Conclusão

O ensino de Economia em Chicago tem sofrido algumas modificações ao longo do tempo. A ênfase na teoria de preços e em suas aplicações a várias áreas do comportamento humano permanece a mesma. Mas a macroeconomia caminhou para a extrema sofisticação matemática de modelos de equilíbrio geral, sem que a mesma dedicação fosse dada aos correspondentes testes empíricos. E as perdas de Friedman, Stigler e Becker serão sentidas, naturalmente. Mas há uma forte tradição que permanece apoiada em alguns alicerces seguros: a ênfase na excelência acadêmica, a ética do trabalho incessante, o espírito crítico, a ampla liberdade para a discordância, a necessidade de sustentar teorias com evidência empírica e a integração com outros departamentos, notadamente com a Escola de *Business* e a Escola de Direito. Tratando-se das novas gerações, Chicago tem recrutado para seus quadros o que há de melhor e mais promissor na profissão. Se acreditamos que um processo competitivo lastreado em rigor intelectual, meritocracia e disciplina funciona, certamente teremos de esperar que a Escola de Chicago tenha, no futuro, o mesmo sucesso alcançado no século XX.

Bibliografia

BECKER, Gary S. Crime and punishment: an economic approach. *The Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, v. 76, n. 2, p. 169-217, mar./apr. 1968.

_____. *The economic approach to human behavior*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

_____. *The economics of discrimination*. Chicago: The University of Chicago Press, 1957.

_____. *Economic Theory*. Nova York: Alfred Knopf, 1971.

_____. *Human capital: a theoretical and empirical analysis with especial reference to education*. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

_____. Nobel lecture: the economic way of looking at behavior. *The Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, 1993.

_____. A theory of allocation of time. *The Economic Journal*, Chicago, v. 75, n. 299, p. 493-517, sept. 1965.

_____. *A treatise on the family*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

BECKER, Gary S.; MURPHY, Kevin M. *Social economics: market behavior in a social environment*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

BECKER, Gary S.; MURPHY, Kevin M.; TAMURA, R. Human capital, fertility and economic growth. *The Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, out. 1990.

BUCHANAN, J. M. Frank H. Knight: 1885-1972. In: SHILS, Edward. *Remembering the University of Chicago: Teachers, Scientists, and Scholars*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 244-252.

COASE, R. H. Law and economics at Chicago. *Journal of Law and Economics*, The University of Chicago Press, v. 36, n. 1, p. 239-254, apr. 1993.

EBENSTEIN, A. *Friedrich Hayek: a biography*. New York: Palgrave Macmillan Trade, 2001.

FRIEDLAND, C. On stigler and stiglerisms. *The Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, v. 101, n. 5, p. 780-783, oct. 1993.

FRIEDMAN, M. *Capitalism and freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

_____. *Essays in positive economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

_____. George Stigler: a personal reminiscence. *The Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, v. 101, n. 5, p. 768-773, oct. 1993.

_____. A monetary and fiscal framework for economic stability. *The American Economic Review*, v. 38, n. 3, p. 245-264, jun. 1948.

_____. *Price Theory*. Nova York: Aldine, 1976.

_____. *A program for monetary stability*. New York: Fordham University Press, 1960.

_____. The role of monetary policy. *American Economic Review*, v. 58, n. 1, p. 1-17, mar. 1968.

_____. *Studies in the quantity theory of money*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

_____. *A Theory of the consumption function*. New Jersey: Princeton University Press, 1957.

FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, Rose. *Free to Choose*. New York: Penguin Books, 1979.

FRIEDMAN, M.; SAVAGE, L. The utility analysis of choices involving risks. *The Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, v. 56, n. 4, p. 279-304, aug. 1948.

FRIEDMAN, M.; SCHWARTZ, A. J. *A monetary history of the United States 1867-1960*. Princeton: University of Princeton Press, 1963.

HAYEK, Friedrich A. *The constitution of liberty*. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.

_____. *Denationalization of money*. London: Institute of Economic Affairs, 1976.

_____. *Economics and Knowledge*. *Economica*, New Jersey, v. 4, n. 13, p. 33-54, feb. 1937.

_____. *The fatal conceit*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

_____. *Law, legislation and liberty*. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

_____. Price expectations, monetary disturbances, and malinvestments. In: _____. *Profits, interest, and investment: and other essays on the theory of industrial fluctuations*. Reprint. New York: Augustus M. Kelley, Publishers, Clifton, 1975

_____. *Prices and production*. New York: Augustus M. Kelley, Publishers, Clifton, 1975. (impression 1935).

_____. *The road to serfdom*. Chicago: The University of Chicago Press, 1944.

_____. The use of knowledge in society. *American Economic Review*, American Economic Association, v. 35, n. 4, p. 519-530, sept. 1945.

HILDRETH, C. *The cowles commission in Chicago: 1939 – 1955*. Berlin: Springer, 1986.

JOHNSON, H. The Nobel Milton. *The Economist*, v. 23, p. 95, oct. 1976.

KNIGHT, Frank H. *The ethics of competition and other essays*. New York: Augustus M. Kelley, Publishers, Clifton, 1951.

_____. *On the history and method of economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

_____. The quantity of capital and the rate of interest: I. *The Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, v. 44, n. 4, p. 433-463, aug. 1936.

_____. The quantity of capital and the rate of interest: II. *The Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, v. 44, n. 5, p. 612-642, oct. 1936.

_____. *Risk, uncertainty and profit*. Boston: Houghton Mifflin, 1921.

LIBRARY OF ECONOMICS AND LIBERTY. The concise encyclopedia of economics. (Ver biografias de Becker, Gary; Friedman, Milton; Hayek, Friedrich; Knight, Frank; Lucas, Robert and Stigler, George.)

LUCAS, Robert. Econometric policy evaluation: a critique. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, v. 1, n. 1, p. 19-46, 1976.

_____. Expectations and the neutrality of money. *Journal of Economic Theory*, v. 4, n. 2, p. 103-124, apr. 1972.

_____. *Lectures on economic growth*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

_____. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, v. 22, n. 1, p. 3-42, jul. 1988.

_____. *Models of business cycles*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

_____. *Studies in business-cycle theory*. Cambridge: MIT Press, 1981.

_____. *Supply side economics: an analytical review*. Oxford Economic Papers, New Series, v. 42, n. 2, p. 293-316, apr. 1990.

_____. Some macroeconomics for the 21st century. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 1, p. 159-168, winter 2000.

_____. Unemployment Policy. *American Economic Review*, v. 68, n. 2, p. 353-357, may 1978.

_____. Why doesn't capital flow from rich to poor countries? *American Economic Review*, v. 80, n. 2, p. 92-96, may 1990.

LUCAS, Robert; RAPPING, L. A. Real Wages, Employment and Inflation. *The Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, v. 77, n. 5, p. 721-754, sept./oct. 1969.

LUCAS, Robert; SARGENT, T. J. After Keynesian Macroeconomics. In: MILLER, Preston J. *The rational expectations revolution: readings from the front line*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1991. p. 5-30.

LUCAS, Robert; SARGENT, T. J. *Rational expectations and econometric practice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

MCCLOSKEY, Deirdre. Other things equal: Milton. *Eastern Economic Journal*, EconPapers, v. 29, n. 1, p. 143-146, winter, 2003.

MILLER, Preston J. *The rational expectations revolution*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1994.

NEDEAU, P. et al. *Taking stock: a century of business education*. Chicago: The University of Chicago Graduate School of Business, 1998. 96 p.

OVERTVELDT, Johan Van. *The Chicago school*. Illinois: Agate Publishing, 2007.

POSNER, R. A. The theory of economic regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, v. 5, n. 2, p. 335-358, autumn, 1971.

POWELL, Jim. *Biografia: George J. Stigler*. Instituto Ordem Livre, 17 abr. 2009. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/posts/biografia-george-j-stigler>> Acesso em: 11 fev. 2015.

REDER, M. W. Chicago economics: permanence and change. *Journal of Economic Literature*, v. 20, n. 1, p. 1-38, mar. 1982.

ROSEN, S. Risks and rewards: Gary Becker's contributions to economics. *The Scandinavian Journal of Economics*, v. 95, n. 1, p. 25-36, mar. 1993.

SANDMO, A. Gary Becker's contributions to economics. *The Scandinavian Journal of Economics*, v. 95, n. 1, p. 7-23, mar. 1993.

STIGLER, George. *Chicago studies in political economy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

_____. *The citizen and the state: essays on regulation*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

_____. The economics of information. *Journal of Political Economy*, v. 69, n. 3, p. 213-225, jun. 1961.

_____. *Essays in the history of economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1965.

_____. *Five lectures on economic problems*. Nova York: Macmillan, 1950.

_____. *Memoirs of an unregulated economist*. Nova York: Basic Books, 1988.

_____. *The organization of industry*. Homewood, Illinois: Irwin, 1968.

_____. *Production and distribution theories*. Nova York: Macmillan, 1940.

_____. *The theory of price*. Nova York: Macmillan, 1987.

STORR, R. J. *Harper's University: the beginnings*. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

* O autor nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1945. É economista formado na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com mestrado e doutorado na Universidade de Chicago. Foi professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças – EPGE/FGV-Rio, chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, assessor especial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, presidente do Sebrae e diretor do BNDES. No setor privado, exerceu atividades de consultoria e ocupou diversos cargos executivos em instituições financeiras.

Palestra proferida em 16 de setembro de 2014.